

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.372.676 - PR (2018/0253612-2)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE : RONALDO GOMES NEVES**  
**ADVOGADOS : RONALDO GOMES NEVES - PR004853**  
**KÁTIA NAOMI YAMADA - PR022591**  
**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**PROCURADOR : PAULO NOBUO TSUCHIYA - PR033116**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. TERCEIRO INTERESSADO. VIA PROCESSUAL ADEQUADA. ARTIGOS LEGAIS APONTADOS VIOLADOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por RONALDO GOMES NEVES, em face de decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (fl. 206 e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU E TAXAS. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE NÃO CONHECIDA. INCONFORMISMO FORMALIZADO. LEGITIMIDADE PARA DISCUTIR A LEGALIDADE DA DÍVIDA TRIBUTÁRIA. DESAPROPOSITADA. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE NÃO PODE SER APRESENTADA POR TERCEIRO. ANÁLISE DAS DEMAIS TESES PREJUDICADAS. RECURSO NÃO PROVIDO.

Embargos de declaração opostos e rejeitados (fl. 232 e-STJ).

No recurso especial, o recorrente sustenta violação dos arts. 50 e 52 do CPC/1973, para alegar sua legitimidade para ingressar nos autos da execução, para, na qualidade de assistente do executado, arguir a nulidade do título executivo, matéria de ordem pública, em incidente de exceção de pré-executividade, e não obrigatoriamente em sede de embargos de terceiros.

Contrarrazões a fls. 260-267 e-STJ.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Na espécie, a Corte de origem reconheceu que o recorrido é terceiro interessado na ação, possuindo legitimidade para apresentação de defesa por meio de embargos, nos termos do art. 1.046 do CPC/1973, e não por exceção de pré-executividade, incidente esse que somente o executado ou seu espólio, se devedor falecido, possuiria legitimidade para apresentação - o que foi feito pela viúva do executado para arguir ilegitimidade passiva, tendo sido rejeitado, diante do teor do art. 34 do CTN.

Tem-se que, ainda que a Corte de origem tenha reconhecido que o recorrente é terceiro interessado na ação, efetivamente a convicção firmada quanto à via processual adequada a ser manejada pelo terceiro deu-se com fundamento no art. 1.046 do CPC/1973, não tendo o órgão julgador emitido juízo quanto à tese alegada à luz do

disposto nos arts. 50 e 52 do CPC/1973, ora apontados violados no presente especial, nem houve o recorrente alegar, nas razões recursais, violação do art. 535 do CPC/1973 por vício de omissão. Assim, a falta do preenchimento do requisito do prequestionamento impõe o não conhecimento do recurso especial. Incide à hipótese a Súmula 211/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

